

INFORMAÇÃO GERAL

Grupo dos Recursos Naturais

Nome do projecto:

REDD Sul- Sul: Uma iniciativa Brasil Moçambique

Lider do projecto:

Isilda Nhantumbo e Duncan Macqueen

Período:

2009-2012

Custo:

£970,000

Objectivo:

Prestar Assistência técnica ao processo participativo para o desenvolvimento de uma estratégia nacional do REDD+ e do programa de Prontidão para o REDD+ em Moçambique.

RESUMO DO PROJECTO

Debates globais sobre a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, e promoção da conservação, gestão florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono (REDD+) enfatizam a necessidade de as estratégias serem construídas com base no conhecimento existente. O IIED ajudou a facilitar uma parceria entre Moçambique-Brasil para fazer exatamente isso. O conhecimento técnico compartilhado desta parceria Sul-Sul, criou um grupo de trabalho multi-institucional do REDD+ que inclui organizações nacionais e internacionais, e consultou mais de 1.300 actores-chave a nível nacional, provincial e distrital. O grupo produziu um plano de prontidão do REDD+ (PPR), já aprovado, um esboço da Estratégia Nacional do REDD+, e escolheu seis locais-piloto para testar os diferentes aspectos do REDD+ em Moçambique.

TEORIA DA MUDANÇA

Para o mecanismo de compensação do REDD+ funcionar em Moçambique, funcionários, comunidades e agentes do sector privado devem entender quem tem o direito de uso da terra e como modificar os direitos e incentivos financeiros para encorajar mudanças de uso da terra que reduzam o desmatamento e a degradação. Em seguida, são necessárias instituições para implementar e monitorar estas mudanças e canalizar as finanças. Somente com a exposição prolongada aos conceitos e práticas do REDD+ pode-se aprofundar este entendimento e capacidade. Para promover

Aprofundando o REDD+

Brasil e Moçambique unem esforços para aprender a combater o desmatamento e a degradação florestal.

O Programa Bolsa floresta do Brasil foi um dos primeiros sistemas de combate do desmatamento, pagando as comunidades locais e usuários da terra para não cortarem as árvores. E tornou-se um dos maiores, com 10 milhões de hectares em 17 reservas, cada uma gerida por uma associação comunitária. A medida que mais países começam a delinear estratégias para reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal, e a promover a conservação, a gestão florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono (REDD+), poderão estes aproveitar as experiências dos pioneiros do Sul como a Bolsa Floresta?

O Governo de Moçambique começou a explorar essa possibilidade, com a assinatura de um Memorando de Entendimento em 2009 entre o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), uma parceria público-privada brasileira, que implementa o programa Bolsa Floresta. Foi uma parceria atípica. Muitos países em desenvolvimento estão a trabalhar em planos visando aceder aos fundos internacionais do REDD+, mas muitas vezes apenas consultam os seus próprios Ministérios.

Em Moçambique, um grupo de trabalho envolvendo o MICOA e o Ministério da Agricultura (MINAG) — com financiamento da Noruega e apoio técnico de organizações nacionais e internacionais, incluindo IIED, FAS, Universidade Eduardo Mondlane, e da ONG Centro Terra Viva em Moçambique

bem como a Indufor — desenvolveu um roteiro para produzir o plano de preparação da prontidão para o REDD+. Como parte do processo de aprendizagem, os membros do grupo de trabalho realizaram respectivamente visitas de intercâmbio no Brasil e em Moçambique, para observarem como REDD+ funciona na Amazônia, e para tomarem conhecimento das iniciativas próprias de Moçambique para lidar com o desmatamento.

Balançando a inclusão e a eficiência

O IIED coordenou a pesquisa e consultas para este roteiro. Os parceiros enfrentaram dois problemas: a concepção de um processo inclusivo com o tempo e recursos limitados, e a coordenação entre instituições.

A equipe reconheceu a necessidade de criar balanço entre ritmo e inclusão: desenvolver a estratégia do REDD+ rapidamente, tal como a liderança de Moçambique desafiava versus o envolvimento de mais partes interessadas e desenvolvimento da sua capacidade de implementação da estratégia.

Para que o REDD+ pudesse funcionar a longo prazo, tivemos que cultivar ‘o aprofundamento do REDD+’ — o entusiasmo e conhecimento entre instituições nacionais, provinciais e comunidades em corredores críticos, como o corredor da Beira, centro de Moçambique e outros centros de conversão de florestas. O intercâmbio entre os países, informações e consultas

o ‘aprofundamento do REDD+’, estabelecemos uma parceria multi-nacional e multi-setorial baseada em trocas de experiências Sul-Sul entre os países e uma aprendizagem prática nos locais seleccionados para testar o REDD+. Para este grupo de trabalho, construir conhecimento e capacidade de implementação das partes interessadas era parte integrante da planificação formal do REDD+. A prioridade era manter o esforço colectivo face às várias agendas institucionais. O resultado foi a produção de documentos de planificação do REDD+ baseados na aprendizagem internacional sobre o que havia funcionado noutros lugares, bem como em informações locais sobre o que pode funcionar nos locais piloto em Moçambique.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS & INOVAÇÕES

- Nesta parceria Sul-Sul, a aprendizagem foi mútua: ao invés de replicar cegamente um modelo ‘comprovado’ no Brasil, os parceiros adaptaram a abordagem ao contexto e às capacidades locais de Moçambique, com base nas visitas ao terreno em ambos os países.
- Para criar uma ampla e forte apropriação do processo da prontidão para o REDD+, precisávamos de tempo para envolver o governo, sociedade civil, sector privado e comunidades locais. Balançamos a inclusividade contra o tempo e as limitações de recursos, trabalhando primeiro nos corredores mais críticos.
- Embora a participação local e a testagem piloto sejam cruciais, a coordenação do topo pode fortalecer ou quebrar a prontidão para o REDD+. Combater as causas do desmatamento e degradação requer a ligação entre os Líderes em todos os sectores incluindo florestas, agricultura, energia e mineração, bem como respeitáveis representantes das áreas de negócios e ONGs.

OPINIÃO DE PARCEIROS

A liderança da Ministra do Ambiente foi fundamental para estabelecer a base da cooperação e para que os técnicos pudessem interagir. A cooperação Sul-Sul para ser bem sucedida exige um intercâmbio constante entre os vários intervenientes. No futuro, devemos explorar mais o intercâmbio com países vizinhos como a Tanzânia e a República Democrática do Congo.

Opinião pessoal de Francisco Sambo, Ministério Coordenação da Acção Ambiental (MICOA)

GRUPO DE RECURSOS NATURAIS DO IIED

O objetivo do Grupo de Recursos Naturais é a construção de parcerias, capacidade de tomada de decisões sábias para o uso justo e sustentável dos recursos naturais. Nossa prioridade na prossecução deste objectivo é o controle e a gestão locais, dos recursos naturais e outros ecossistemas.

dentro do país e a identificação de locais-piloto foram todos importantes.

Nós também adaptamos o processo para alcançar diversos grupos de forma mais eficiente — convidando representantes distritais que poderiam levar informações de volta para suas regiões de origem, por exemplo. Discussões individuais foram dirigidas aos contribuintes para o desmatamento e degradação florestal, bem como aqueles que trabalham para mitigar os seus impactos.

Conversas com as comunidades que vivem dentro das florestas levantaram questões que o REDD+ deve tomar em conta para ganhar o cometimento das pessoas no terreno — quem é responsável pelo desmatamento, como podem as pessoas pobres proteger os seus rendimentos, bem como as florestas, e como compartilhar os benefícios do mecanismo REDD+.

Ao todo, o processo atingiu directamente mais de 1.300 pessoas e treinou mais de 200 em conceitos e metodologias do REDD+. As consultas em muitos lugares foram relativamente caras, mas algumas ONGs sugerem que poderíamos ter sido ainda mais inclusivos - salientando que os processos de planificação do REDD+ tem que estabelecer um equilíbrio justo entre participação e eficiência.

Um segundo desafio foi a comunicação entre as diversas instituições. Os diferentes parceiros externos, ocasionalmente, enviavam sinais confusos aos funcionários moçambicanos, em questões específicas como o direito ao carbono e a integração do REDD+ nas políticas nacionais. Tornar essas mensagens coerentes foi fundamental para ajudar o governo a tomar decisões informadas.

As iniciativas do REDD+ em outros locais também terão que coordenar várias alianças. Porque REDD+ envolve financiamento rápido, muitas instituições e empresas querem fazer parte — sem necessariamente querer trabalhar em conjunto.

E porque REDD+ pretende mudar os promotores e causas do desmatamento, este não se circunscreve ao sector florestal. O grupo de trabalho do REDD+ deve incluir representantes dos sectores público e privado, nas áreas da agricultura, turismo e conservação, energia, mineração, finanças, planificação e desenvolvimento e da área de negócios. Para avançar com este processo em Moçambique, vamos prosseguir com

esforços para que haja um maior envolvimento e liderança desses diferentes sectores.

Aprendizagem mútua

Descobrimos que a colaboração Sul-Sul não foi apenas sobre Moçambique receber um bom modelo de um país maior, mais experiente, mas o Brasil também teve que estar aberto para aprender sobre o contexto no qual o seu conhecimento podia ser aplicado. Embora o programa Bolsa Floresta cubra uma área maior que Portugal, as suas comunidades são pequenas e dispersas. Em Moçambique — onde as florestas são um meio de subsistência de 80 por cento da população rural, incluindo três milhões de agricultores de pequena escala — os líderes nacionais questionaram se teriam recursos para fazer os mesmos pagamentos que os do Brasil, às famílias e comunidades locais. Mas concordaram com a exequibilidade das outras características do programa Bolsa Florest, tais como apoio grupos locais de geração de rendimento e programas de capacitação da comunidade — estes programas estão prontos para testagem, com base na experiência existente em Moçambique com a gestão comunitária dos recursos naturais.

Nos seus primeiros três anos, o grupo de trabalho produziu documentos de planificação fundamentais, incluindo o plano preparação da prontidão para o REDD+ — que foi aprovado pelo fundo de Apoio à Parceria de Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility) gerido pelo Banco Mundial — e um esboço da Estratégia Nacional do REDD+.

Em seguida, esperamos prosseguir com o processo de prontidão para o REDD+, implementando acções em seis locais-piloto em Moçambique. Em Manica, por exemplo, onde a agricultura está a invadir as reservas florestais, as comunidades locais já começaram a discutir como operacionalizar o REDD+. Podemos agora começar a implementar planos de nossa primeira fase, e explorar como locais como Manica podem se tornar parte de um corredor mais amplo para testar e adaptar soluções baseadas no contexto local.

A série do Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento Reflectir & agir mostra inovações e lições aprendidas em projectos seleccionados de todo o instituto. Veja as páginas do grupo IIED no www.iied.org para mais informações.